

## Nacionalismo de recursos no Oriente Médio e na América Latina (1945-2014): uma revisão da bibliografia

Resource Nationalism in the Middle East and Latin America (1945-2014): a bibliography review

João Victor Machado <sup>a</sup>

Marco Antônio Martins da Rocha <sup>b</sup>

**Resumo:** O objetivo do artigo é fazer uma revisão da literatura, a partir de uma síntese da evolução histórica do setor petrolífero, dos principais movimentos relacionados ao Nacionalismo dos Recursos (NR) no Oriente Médio e na América Latina, a luz do processo de desenvolvimento da indústria mundial do petróleo. Metodologicamente, o trabalho foi dividido em quatro períodos, compreendidos entre 1945-2014. Entre 1945-1973, o NR esteve ligado a emergência da soberania sobre os recursos naturais. Entre 1973-1985, o NR assume um caráter radical. Entre 1985-2000 o NR retrocede com as reformas neoliberais. Posteriormente, novas perspectivas surgem para o avanço do NR na América Latina.

**Palavras-chave:** Nacionalismo dos Recursos; Petróleo; Oriente Médio; América Latina.

**Classificação JEL:** F52; Q35; N55; N56.

**Abstract:** The aim of this article is to review the literature, based on a synthesis of the historical evolution of the oil sector, of the main movements related to Resource Nationalism (RN) in the Middle East and Latin America, in the light of the development process of the world oil industry. Methodologically, the work was divided into four periods, comprised between 1945-2014. Between 1945-1973, the NR was linked to the emergence of sovereignty over natural resources. Between 1973-1985, the NR takes on a radical character. Between 1985-2000 the NR set back with the neoliberal reforms. Subsequently, new perspectives emerge for the advancement of RN in Latin America.

**Keywords:** Resource Nationalism; Oil, Middle East; Latin America.

**JEL Classification:** F52; Q35; N55; N56.

---

<sup>a</sup> Mestre e doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e Tecnológica (NEIT - IE/Unicamp). E-mail: joao.vmachado.economia@gmail.com

<sup>b</sup> Mestre e doutor em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e Tecnológica (NEIT - IE/Unicamp) e professor do Instituto de Economia da UNICAMP. E-mail: mamrocha@unicamp.br

## 1. Introdução

O objetivo do artigo é fazer uma revisão da literatura, a partir de uma síntese da evolução histórica do setor petrolífero, dos principais movimentos relacionados ao Nacionalismo dos Recursos (NR) no Oriente Médio e na América Latina, a luz do processo de desenvolvimento da indústria mundial do petróleo. Do ponto de vista metodológico, buscou-se construir, a partir da bibliografia especializada, uma evolução da indústria mundial do petróleo identificando as principais manifestações do NR em quatro períodos, que se estendem entre 1945 e 2018.

Uma divisão em “fases” da evolução histórica do mercado petrolífero envolve certa complexidade, pois os eventos estão interconectados. Entretanto, partindo do pressuposto de que o mercado petrolífero acompanha a evolução do padrão de acumulação da economia mundial, a análise está desenvolvida a partir de quatro padrões de ordenação<sup>1</sup>: i) 1945-1973: caracterizado pela consolidação, no setor petrolífero, da hegemonia americana no Oriente Médio e pela liderança e posterior contestação das grandes petroleiras dos Estados Unidos (EUA) na chamada “Era de ouro”; ii) 1973-1985: iniciada no Primeiro Choque do Petróleo junto com a ruptura de *Bretton Woods*, iii) 1985 - 2000: marcado pela dominação dos pilares do Consenso de Washington e das reformas neoliberais; iv) 2000-2014: período de crítica e abandono das políticas neoliberais em alguns países latino-americanos, e, principalmente, pelo boom nos preços das *commodities*. A análise concentra-se no Oriente Médio nos dois primeiros períodos, dado o protagonismo da região após a Segunda Guerra Mundial, e na América Latina no restante da série, dado que a região foi palco das reformas liberalizantes da década de 1980/90 e posteriormente entra em um novo ciclo do NR na virada do milênio.

A importância em descrever o processo histórico está em realçar as principais mudanças das organizações e do mercado petrolífero ao longo do tempo, assim como entender os desdobramentos que permearam o Nacionalismo dos Recursos, entendido como o aumento do poder empreendido pelo Estado na gestão, administração e desenvolvimento dos recursos naturais. Efetivamente, o NR compreende um conjunto de políticas e práticas orientadas para aumentar o controle do Estado, seja para fortalecer suas companhias nacionais, assegurar que empresas locais façam parte das decisões de produção e investimento, além de garantir a maximização dos aluguéis adquiridos pelo Estado com a exploração dos recursos, tudo isso em detrimento da participação estrangeira no processo de acumulação industrial, ou, da limitação das Companhias Internacionais de Petróleo (CIP). Os instrumentos utilizados são diversos, entre eles, nacionalizações, parciais ou totais, alteração das regras de distribuição dos royalties e da carga tributária, modificações nos processos burocráticos, regimes de licenças, mudança dos regimes de exploração etc. (Haslam; Heidrich, 2016a, 2016b).

---

1 Essa subdivisão foi inspirada no trabalho de Torres Filho (2004) sobre o papel da geopolítica americana no mundo energético.

As motivações que fundamentam o fenômeno do NR encontram-se na defesa da soberania nacional, no interesse em consolidar atores nacionais e alavancar a indústria nacional, na desconfiança dos países em desenvolvimento em relação as potências estrangeiras; na importância do petróleo para a geração de renda no país, na percepção de que as companhias internacionais estão se apropriando de forma excessiva da geração de riqueza, e na ideia de que a extração por atores estrangeiros não gera benefícios suficientes, além de um componente ideológico, que passa pelo papel do Estado na estratégia de desenvolvimento. O avanço dessas medidas é fortalecido pelo aumento dos preços, descoberta de reservas extraordinárias e o avanço da maturidade industrial, que aumentam o poder de barganha dos Estados hospedeiros para estender seu controle sobre a indústria petrolífera (Mikesell, 1971; Vernon, 1971; Wilson, 1987; Mabro, 2008; Stevens, 2008; Barbieri, 2011; Pryke, 2017).

O artigo está estruturado em mais 4 seções além desta introdução. A seção 1 evidencia a evolução do mercado petrolífero na “era de ouro” (1945-1973). Posteriormente, a seção 2 abrange o período após o primeiro choque do petróleo e coloca em destaque o protagonismo dos Estados produtores (1973-1985). Já a seção 3 compreende o período de reformas neoliberais (1985-2000). A seção 4 destaca o novo ciclo do NR na América Latina, puxada pelo aumento nos preços das commodities (2000-2014), seguido das considerações finais e das referências.

## **2. Sociedade do Homem Hidrocarboneto<sup>2</sup>: 1945-1973**

A evolução da economia mundial esteve conectada, ao longo da história, com sua capacidade industrial, que por sua vez, dependeu dos desdobramentos na forma de geração e captação de energia. Nesse contexto, o mercado de petróleo assumiu uma importância vital. Pode-se afirmar que a chamada Era de Ouro do capitalismo, compreendida entre a 2ª Guerra Mundial (2ª GM) e o primeiro Choque do Petróleo foi “movida a óleo” (Torres Filho, 2004, p. 313). O período marca a mudança do paradigma energético. O petróleo substituiu o carvão e se tornou a principal fonte de energia mundial. Vários motivos ajudaram nessa transformação, tais como o desenvolvimento da motorização e a estabilidade e baixo nível do preço do petróleo, que refletiu em um aumento superior a 7% ao ano da demanda pela matéria durante quase três décadas (Ibidem, 2004).

Segundo Torres Filho (2004) e Yergin (2010) a estabilidade do mercado petrolífero na “era de ouro” esteve ligada a três arranjos institucionais: i) Os acordos firmados na década de 1940 entre as Companhias Internacionais de Petróleo (CIPs) para delimitar as regras de exploração conjunta no Oriente Médio; ii) Os contratos de concessão,

---

<sup>2</sup> O termo foi cunhado por Yergin (2010) em referência à disseminação do consumo de petróleo, tanto em forma de combustível, quanto na proliferação de novos produtos petroquímicos, formando uma “nova civilização motorizada: A Era do Homem Hidrocarboneto” (YERGIN, 2010, p. 610).

estabelecidos entre as grandes empresas e os países da região, e iii) a posição norte-americana de “ofertante de última instância”.

Dentre os acordos de exploração no Oriente Médio, destaca-se os que ocorreram na Arábia Saudita, Kuwait e Irã. Esses contratos criaram condições para a transferência de uma quantidade extraordinária de petróleo do Oriente Médio para o mercado europeu<sup>3</sup>. Esse movimento significou a mudança do “centro de gravidade” do petróleo no mundo pós-guerra para o Oriente Médio. Os contratos de concessão tinham como peça fundamental a regra de partilha dos resultados entre empresas e governos em 50% para ambas as partes (padrão *fifty-fifty*), denominado por Yergin (2010) do “*New Deal do Petróleo*”. Essa divisão, um limite da repartição alcançada pelos governos hospedeiros, outorgada primeiro na Venezuela em 1948 e depois na Arábia Saudita em 1950, se espalhou para o resto do mundo, com destaque para Iraque, Kuwait e outros players importantes da indústria. Essa convenção permitiu que os recursos financeiros fluíssem para o desenvolvimento de novos campos, propiciou o aporte de investimentos com alta densidade de capital, assim como a instalação de novas plantas para o refino e distribuição. Essa nova institucionalidade, somada a posição dos Estados Unidos de “ofertante de última instância” completaram o quadro estabelecido no pós-guerra (Philip, 1982, Torres Filho, 2004; Yergin, 2010).

A importância do Oriente Médio como uma das principais fontes de petróleo fora dos Estados Unidos, fez da região alvo de domínio e operações anglo-americanas, a exemplo da presença americana no Golfo Pérsico após a 2ª GM, em especial no Irã e Arábia Saudita. Os poços do Irã - que representavam após a 2ª GM cerca de 40% da produção total de petróleo no Oriente Médio - eram geridos pela *British Petroleum* (BP), na época, Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana. A importância do país para a Inglaterra aumentou com o conflito bélico. O hidrocarboneto era considerado pelos diplomatas britânicos, como um elemento central para que o país atingisse um alto padrão de vida (Yergin, 2010).

Os dividendos da Anglo-Iraniana tornaram-se uma das maiores fontes de receita do Ministério da Fazenda britânico. Entre 1945-50 a empresa registrou um lucro de 250 milhões de libras esterlinas, enquanto os royalties pagos ao país hospedeiro ficaram em 90 milhões de libras esterlinas. O tesouro inglês recebia um montante em impostos pagos pela Anglo-Iraniana, sem contar dividendos, superior ao que o governo iraniano recebia em *royalties*. Além dos fatores econômicos, o Irã enfrentava a fragmentação política e religiosa, que tinham como denominador comum a aversão nacional aos atores estrangeiros. Com o ambiente de revisão dos contratos, o regime Iraniano passou a pressionar pelo aumento da parcela nos ganhos. Para o país, a partilha 50/50 já não parecia suficiente, e a defesa da nacionalização era feita nas ruas e no parlamento. Nesse ínterim, o Irã traça uma rota de nacionalização da Anglo-Iraniana e suas reservas de

---

3 Ademais, o volume de petróleo destinado à Europa foi crucial para a recuperação da região após os efeitos devastadores da 2ª GM, sendo de alta importância para o sucesso do Plano Marshall (Yergin, 2010).

petróleo após 1951, seguindo o exemplo mexicano<sup>4</sup> de 1938 (Torres Filho, 2004; Yergin, 2010).

O padrão 50/50 havia se perpetuado na indústria mundial do petróleo, tanto as companhias de petróleo como os governantes hospedeiros atuavam em sua defesa. Entretanto, com o crescimento exponencial das reservas no Oriente Médio, novos atores passam a disputar a entrada na indústria. A primeira perturbação do regime de concessões ocorre quando o governo italiano com Enrico Mattei presidente, agindo pela estatal *Ente Nazionale Idrocarburi (ENI)*, na busca por assegurar para a ENI e para a Itália abastecimento internacional de petróleo, oferece um acordo de 25% para a ENI e 75% para o país hospedeiro (Irã), rompendo o padrão 50/50. Após as declarações houve forte contestação das grandes empresas Anglo-americanas, o que levou Matei a batizá-la de “Sete Irmãs”<sup>5</sup>. O caminho traçado pelo governo italiano logo foi seguido por japoneses e empresas independentes norte-americanas. A onda de revisão dos contratos somava o interesse de novos atores de conseguir entrar no mercado, junto com o avanço do posicionamento nacionalista dos países árabes, ansiosos por maiores ganhos. Como coloca Yergin (2010, p. 573) “o petróleo era o foco central do crescente nacionalismo árabe”.

A segunda perturbação foi o retorno da URSS ao mercado internacional de petróleo como exportadora, ausente desde a 2ª GM. A produção soviética dobra entre 1955-60 e no final da década chega a ser vista pelo governo americano como um movimento estratégico da Guerra Fria. Esse fenômeno ajudou na trajetória, que vinha se impondo com a produção crescendo exponencialmente, de queda dos preços internacionais (Torres Filho, 2004).

A queda dos preços se acelera com a tentativa das CIPs de preservar seu mercado. Para isso, as empresas apostaram na redução oficial dos seus preços, a exemplo da BP em 1959 e Jersey (*Exxon*) em 1960. Em contraponto, cinco países produtores - Venezuela, Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait - se juntam para formar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), na busca de preservar o nível de preços internacionais do petróleo, romper oficialmente com o padrão 50/50 em favor dos hospedeiros, e fomentar a criação de Companhias Nacionais de Petróleo, que capacitasse os países produtores na produção de petróleo (Torres Filho, 2004). Dessa forma, a criação da OPEP representou “o primeiro ato coletivo de afirmação da soberania por parte dos exportadores de petróleo e o primeiro momento decisivo nas relações econômicas

---

4 Em 1938 o governo Mexicano nacionalizou por completo a indústria nacional de petróleo, em concomitância com a criação da estatal Petróleos Mexicanos (PEMEX) (Flores; Cunha Filho, 2020).

5 O termo “Sete Irmãs” ou Majors, como ficou conhecido a partir do comentário de Enrico Mattei em 1952, foi amplamente utilizado nas décadas que se seguiram a 2ª GM, e referia-se a cinco empresas americanas (Standart Oil of California - Chevron, Gulf Oil, Texaco, Mobil e a Standart of New Jersey – Esso e depois Exxon), a holandesa Royal Dutch Shell e a inglesa British Petroleum (ex-Algo-Iraniana) (Alveal Contreras, 1994).

internacionais em direção ao controle dos Estados sobre os recursos naturais<sup>6</sup>” (Yergin, 2010, p. 590).

Com o aumento da demanda a partir da disseminação do padrão de consumo americano, os EUA perdem progressivamente sua capacidade de “ofertante de última instância”, um dos pilares da estabilidade do mercado no período. Até 1947 as exportações americanas excediam as importações, após 1948 esse quadro se inverte, com as importações de petróleo bruto e de outros produtos relacionados excedendo as exportações. Inclusive, levando a uma declaração oficial do governo americano de que não poderia mais manter a segurança energética da Europa Ocidental em momentos de crise (Torres Filho, 2004; Yergin, 2010).

Com a formação de um novo cenário na indústria do petróleo, se alteram as relações entre o país hospedeiro e as empresas produtoras. No campo de disputa pelos rendimentos, ambas as partes apresentavam reivindicações legítimas. O país que possui as reservas detém a soberania sob os recursos do seu subsolo. Por outro lado, a empresa fica responsável por empregar o capital e assumir os riscos para descobrir, extrair e colocar o produto no mercado. Como proprietário, o Estado hospedeiro reclama, por direito, o pagamento de uma renda pré-negociada. A disputa emerge, essencialmente, quando as descobertas despertam um potencial de renda extraordinário, recaindo a dúvida sobre como partilhar a riqueza anunciada. Essas disputas vão além da dimensão econômica, gerando também conflitos políticos. Para os proprietários das reservas, a luta pelos rendimentos perpassa pela defesa da soberania nacional (Philpi, 1982; Yergin, 2010).

De forma geral, as décadas de 1950 e 1960 são marcadas pelo acirramento dos conflitos entre as CIPs e os governos produtores e “*thus the battle lines of ‘resource nationalism’ emerged for the first time*” (Stevens, 2008, p. 10). Essas batalhas surgem em um contexto de ascensão do nacionalismo sob várias formas,

Where state intervention in the economy was regarded as the norm. For the international oil industry, three other drivers were crucial – the rise of ‘permanent sovereignty’<sup>7</sup> over natural resources, dissatisfaction with the concession terms agreed in the previous period and rising oil demand. (Ibidem, p. 10).

Esses três fatores atuaram no sentido de fortalecer o avanço do NR.

---

6 Declaração Fadhil Al-Chalabi, secretário-geral adjunto da OPEP.

7 O direito soberano do Estado Nacional sobre os recursos foi, inclusive, difundido através de resoluções aprovadas pela Organização das Nações Unidas nas décadas de 1950/60. “But as early as 1952 (Joffé et al., 2009, p. 5) the United Nations passed a resolution over ‘permanent sovereignty’ for natural resources. After lobbying at the United Nations (1974) by developing countries (especially Chile) the General Assembly voted in 1962 in favour of ‘national wealth in accordance with national interest’. Principle One of Resolution 1803 recognized, ‘The rights of peoples and nations to permanent sovereignty over their wealth and resources’. A further resolution in 1966 (2158) recommended that host countries ‘maximize their exploitation of their natural resources by taking full control of production, management and marketing’”(Pryke, 2017, p. 475).

Sob a defesa do intervencionismo, os governos se esforçaram no sentido de melhorar os termos fiscais e reforçar o ganho com as receitas com o petróleo. O aumento da demanda pelo hidrocarboneto foi contrabalançado pelo aumento da produção e oferta por parte dos governos, o que por sua vez acirrou o nível de competição no setor. “*Given the size of these areas, this gave them the power of being a ‘state within a state’. They could choose the rate of exploration and development plus the production levels*” (Stevens, 2008, p. 10).

A era do petróleo pós-2ª GM, com relativa estabilidade do mercado, onde o NR começa a enfadar as agendas políticas e econômicas a partir da revisão dos contratos, e, principalmente, após a nacionalização Iraniana, é encerrada com o Primeiro Choque do Petróleo. Em 1973, com uma capacidade ociosa mínima no mundo, uma nova Guerra Árabe-israelense conduz o mercado ao colapso, e faz com que o preço do petróleo seja triplicado.

### **3. Choques de preço e protagonismo dos Estados produtores: 1973-1985**

Durante a década de 1970 a economia mundial assiste ao esgotamento do ciclo de prosperidade conduzido sobre a ordem de *Bretton Woods*. Esse cenário é marcado pelo enfraquecimento do nível de atividade das principais economias industrializadas, pela perda do fôlego do comércio mundial e pelo avanço da inflação, em concomitância com o aumento das taxas de juros. No início da década ocorre a suspensão da conversibilidade do dólar em ouro e a progressiva flutuação das taxas de câmbio com efeitos diversos sobre os países subdesenvolvidos (Carneiro, 2002). Contudo, uma das preocupações centrais está no setor energético, correlacionado com os subseqüentes choques do preço do petróleo. “*In its suddenness, scope, and tremendous costs, the “energy crisis” epitomizes this difficult decade of the 1970s*” (Wilson, 1987, p. 126). Nesse período, ocorre uma virada dramática em relação ao petróleo mundial, a demanda passa a se aproximar da produção disponível; o excedente vultoso que marcou o período anterior havia se reduzido de forma decisiva (Philip, 1982; Yergin, 2010).

A instabilidade do sistema monetário internacional leva os países a questionar as condições vigentes. Agora não somente pelas cotas de importação e partilha nos lucros, surge também a demanda dos governos por “participação direta<sup>8</sup>” nas atividades, dito de outra forma, a compra pelos direitos sobre as suas reservas, sendo esta a mudança mais radical no *status quo* do mercado desde o início do século.

Sob o espírito de participação direta na década de 1970, encorajados pela Líbia<sup>9</sup> sob o comando de Gaddafi, que estabelece uma rota de nacionalização no país, processa-

---

8 “‘Participação direta’ era um eufemismo para diferenciar as intenções dos países da OPEP das nacionalizações ocorridas no passado na Rússia, México e Irã” (Torres Filho, 2004, p. 321).

9 A Líbia estatizou as empresas que compunham a BP no país, assume 50% na participação das operações da ENI, desapropriou as empresas da holding Bunker Hunt e assume 51% da Occidental Petroleum, o que representa o fim do controle estrangeiro na indústria petrolífera da economia libanesa. “Para os países

se uma onda de nacionalizações, completas e parciais, como no caso do Kuwait, Venezuela<sup>10</sup>, Argélia, Iraque, Catar, Nigéria, Abu Dhabi, e Arábia Saudita. Esses movimentos foram impulsionados pela busca de independência econômica e nacional de alguns países, materializada nos quadros de descolonização. Dada a importância do petróleo para essas economias, uma independência completa só seria factível com a eliminação do poder exercido pelo capital estrangeiro na esfera produtiva. Em concomitância, ocorre o aumento da margem de lucro de 50% para 55% em favor dos Estado produtores, primeiro na Líbia em 1970, depois nos demais países do Golfo, além da Venezuela na América Latina, que aumenta sua margem para 60% sob uma nova legislação. A OPEP passa a endossar a divisão 45/55 como taxa mínima de referência para os países-membros. As estatizações levariam os países produtores a participar diretamente do negócio de venda do petróleo. Dessa forma, o NR no período emerge na sua forma original, na defesa da soberania nacional e na proteção da dimensão econômica nacional (Philip, 1982; Torres Filho, 2004; Mabro, 2008; Yergin, 2010).

O NR permitiu que os Estados Nacionais e os países produtores ocupassem progressivamente uma área estratégica que pertencia a companhias internacionais, especialmente, as empresas Anglo-americanas. A contrapartida desse processo foi a criação de Companhias Nacionais de Petróleo, aspecto particular do NR. Essas empresas se desenvolveram, desde a década de 1970, como agentes dos Estados Nacionais para controlar uma parcela da indústria do petróleo, e se tornaram um instrumento importante para capturar a renda gerada na indústria, articulando os investimentos, controlando a produção e influenciado o preço. Destaca-se que no caso do petróleo, o NR teve uma importância histórico-estrutural, ao transferir para as mãos das estatais os centros de decisão<sup>11</sup> (Yergin, 2010; Philip, 1982; Peigo; Ruas, 2015).

A criação das CNPs tinha como plano de fundo a ideia de soberania permanente sobre os recursos naturais. Segundo Stevens (2008) uma soberania permanente implica em nacionalizações, e a criação de CNP seria uma medida inexorável. Dito de outra forma, o governo cria determinadas entidades para comandar as atividades no setor em consonância com os interesses do governo. O autor cita o caso da nacionalização mexicana de 1938 e iraniana em 1951 para exemplificar esse processo. Outra consequência desse movimento seria limitar a influência excessiva do comando estrangeiro sobre os recursos. Esses elementos partem do pressuposto de que os interesses corporativos das estatais estariam alinhados com os interesses nacionais. Outras motivações políticas também envolviam o orgulho nacional e a sensação de

---

exportadores de petróleo, a vitória dos líbios era estimulante; não apenas reverteu abruptamente o declínio do preço real do petróleo, mas também trouxe de volta a reivindicação dos exportadores pela supremacia e pelo controle sobre seus recursos petrolíferos, que se havia iniciado uma década antes, com a fundação da OPEP, mas que fora então interrompida” (Yergin, 2010, p. 655).

10 No caso Venezuelano, uma nova legislação determinava que as concessões seriam revertidas automaticamente para o governo quando expirassem seu prazo, no início da década de 1980 (Yergin, 2010).

11 Ilustra esse processo a redução da participação americana na produção mundial de petróleo, que caiu de 64% para 22% entre 1948 e 1972 (Yergin, 2010).

independência, “*in many countries an NOC became required as a symbol of independence in a post-colonial world*” (Ibidem, p. 13).

O choque de preço do petróleo de 1973, causado pelos transtornos da guerra árabe-israelense do *Yom Kippur*, através do aumento unilateral dos preços pelos membros da OPEP, pelos cortes na produção e o embargo dos países árabes aos apoiadores de Israel – principalmente aos Estados Unidos - coloca as receitas desses Estados em níveis sem precedentes<sup>12</sup>, sendo um dos propulsores do NR na região. Ademais, com esses países assumindo o controle completo sobre a fixação dos preços, grandes mudanças foram orquestradas na economia mundial. Após a revisão dos contratos, os governos produtores tornam-se protagonistas na indústria mundial do petróleo. Por volta de 1976 fica praticamente eliminada o antigo modelo de concessões, com os governos produtores assumindo o controle hegemônico sobre a determinação da oferta e o nível de preços.

In this new era, ‘resource nationalism’ was at a peak and had spread throughout the developing world, and the governments either refused entry to IOCs or did so under the harshest terms. The newly found confidence of producer governments was strongly evident, not least as their NOCs aspired to becoming the major integrated players in the global oil market. This was reinforced because high revenues meant less urgency to expand capacity and production. The major existing producers effectively closed their doors to the IOCs – ‘resource nationalism’ ruled! (Stevens, 2008, p. 17).

Após o aumento súbito nos preços do petróleo entre 1973/74, o setor encontra uma pequena fase de estabilidade, que é, no entanto, afetada em sequência pela Revolução Iraniana em 1979, abalando diretamente o mercado internacional de petróleo. Com o movimento revolucionário em andamento, a oferta iraniana é interrompida. O aumento das exportações da Arábia Saudita e outros produtores não são suficientes para equilibrar o mercado, que entra novamente em implosão. Os preços do óleo voltam a disparar, saindo de U\$ 13 vigentes em 1978, para cerca de U\$ 34 o barril no início da década de 1980.

Diante desse cenário, os países ocidentais e o governo americano, em particular, pareciam poder fazer pouco para garantir o funcionamento estável do mercado. Ao mesmo tempo, o controle das empresas sobre a produção havia desaparecido com as nacionalizações. Havia sido substituído por contratos de longo prazo que em pouco tempo foram denunciados por motivos de “força maior” (force majeure) (Torres Filho, 2004, p. 326).

A fase de instabilidade, dada a disparada do preço do petróleo, começa a se dissipar quando a OPEP cessa o aumento dos preços, a demanda de petróleo passa a declinar e novas descobertas no Mar do Norte e Alasca dão fôlego para a oferta e o nível de estoques. A queda da demanda tinha origem estrutural, a partir do ganho de eficiência do petróleo e do desenvolvimento de novas fontes, assim como da recessão generalizada dos países com industrialização em curso, provocada pelo choque de juros implementado pelo

---

12 “Os rendimentos dos exportadores com o cartel de petróleo aumentaram de 23 bilhões de dólares, em 1972, para 140 bilhões de dólares, em 1977” (Yergin, 2010, p. 718).

governo americano. Além disso, o poder da OPEP é restringido pelo aumento da produção por países não membros.

Diante da realidade de concorrência, a OPEP foi forçada a fixar preços e cotas de produção cada vez menores. As consequentes quedas nas receitas dos países exportadores levaram-nos a uma situação de estrangulamento fiscal e de balança de pagamentos. A luta por cotas no âmbito da Organização tornou-se dramática. Mesmo com a Guerra Irã-Iraque em andamento, o mundo voltava a “nadar em óleo” (Torres Filho, 2004, p. 328).

Com a oferta voltando a se expandir, os arranjos de mercado passam por reformas. A partir dos movimentos de nacionalização, as CIP abandonam a estratégia de operação integrada, e passam por reestruturações, em uma trajetória de desintegração comercial. As compras passam a serem efetuadas sob os mercados *spot*, apoiadas pelo governo americano, empenhado em um esforço de “desregulamentação”. Posteriormente, ocorre a institucionalização dos mercados futuros - a bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex) inicia as operações com derivativos e contratos futuros de petróleo em 1983. Como consequência do caminho rumo à desregulamentação e à financeirização<sup>13</sup>, desponta um movimento de fusões e aquisições das empresas.

Em resumo, esse novo período altera as regras do jogo na indústria petrolífera mundial, com o NR avançando vertiginosamente. Surgem novos *players* - CNP, permanecem os atritos entre Estados Nacionais e CIP, porém, em condições diferentes, com regras e contratos bem definidos. As batalhas dos anos 1970 na indústria petrolífera se manifestaram com mais expressão internamente entre os países da OPEC, entretanto, a participação direta na indústria pelos Estados produtores e a dilatação da margem de lucro dos países hospedeiros comprovam que os conflitos com as companhias internacionais em escala internacional também foram significativos.

#### **4. Consenso de Washington e as reformas neoliberais: 1985-2000**

Os anos 1980 trazem perspectivas de recuo para o debate acerca do Nacionalismo dos Recursos. O tema central é a competição. O campo da concorrência abre brechas para a disputa pelo setor *Upstream*, que anteriormente era limitado. Novos competidores e CIP tinham que lidar com as CNP bem estabelecidas. Pela primeira vez, os governos produtores passam a competir também pela entrada dos investimentos das CIPs, e mantém-se a competição entre participantes e não participantes da OPEP.

Esse novo cenário é puxado, em certa medida, por componentes ideológicos. Em primeiro lugar, o papel do Estado dentro da economia passou a ser questionado, em

---

13 Segundo Gkanoutas-Leventis (2013) e Labban (2010), a financeirização no setor petrolífero, a partir dos anos 1980, foi responsável por transformar os parâmetros especulativos, de preços e do comportamento dos agentes. Destaca-se que um novo grupo de atores emerge e ganha protagonismo no mercado petrolífero: os agentes financeiros. Esses agentes alteram as relações entre as variáveis básicas do mercado, tornando-as progressivamente controladas pelos mercados financeiros.

detrimento do livre funcionamento dos mercados. O intervencionismo passa a ser visto negativamente. Em segundo lugar, questionava-se um poder excessivo por parte das CNP em termos de política doméstica. A ideia é que o poder excessivo dessas empresas e seu alinhamento próximo aos governos poderiam gerar elementos nocivos. O problema em questão era o favorecimento de oligarquias dentro do aparato Estatal. Essas questões, mesmo que inerentes ao tema de políticas públicas, eram alimentadas por bases intelectuais críticas, que atacavam o conceito por trás das CNP. “*Hence regulation was seen as a more efficient solution than direct government intervention*” (Stevens, 2008, p. 21).

No fundo, o que se questionava, até a entrada dos anos 1990, era a capacidade das CNP como fonte de desenvolvimento nacional. As crises dos anos 1980 reforçaram esse movimento, e instituições como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial ganharam força para persuadir pela abertura dos mercados petrolíferos para empresas privadas.

Na retórica por trás da “busca de eficiência”, três argumentos são usados para legitimação. O primeiro, a busca por investimento externo direto, está de acordo com o catálogo de orientações do Consenso de Washington<sup>14</sup>, o qual esteve alinhado com vários governos da América Latina. O segundo, a queda dos preços após 1986, significou a queda das receitas dos governos produtores, que passaram a buscar o aumento da produção para balancear esse fenômeno, abrindo espaço, antes inexistente, para empresas estrangeiras atuarem no setor *Upstream*. O terceiro está relacionado ao aumento da complexidade e das dificuldades geológicas, o que exige aportes mais volumosos de recursos, principalmente nas atividades *offshore*. Consequentemente, os governos se voltam para CIP, na busca de fontes de capital e tecnologia. Stevens (2008) afirma que nos primeiros estágios da atividade, somente as Sete Irmãs tinham a tecnologia necessária para a exploração e a habilidade para lidar com os níveis de risco, posteriormente, a generalização da tecnologia habilitou outros *players* para a atividade. Esse movimento teve expressão significativa na América Latina, como será visto adiante.

Hacia fines de los años ochenta y en el transcurso de la década de los noventa, se introdujeron importantes reformas en casi todos los sistemas energéticos de los países de la región [América Latina]. Tales procesos de reforma han mostrado una gran diversidad en cuanto a su profundidad, alcance (cadenas energéticas que afectaron) y velocidad de ejecución. (OLADE/CEPAL/GTZ, 2003, p. 17).

De forma geral, a orientação predominante nesse período atuou no sentido de incentivar a entrada de capital externo e favorecer as empresas privadas na exploração

---

14 Dentre as principais recomendações do chamado Consenso de Washington destaca-se: abertura comercial, que pressupõe a imposição de uma disciplina competitiva para aumentar a produtividade; o avanço das privatizações; o estímulo à entrada de Investimento Externo Direto para enfrentar os gargalos de oferta na indústria e na infraestrutura; a liberalização cambial, visando atrair poupança e financiamento externo; e o alcance da estabilidade de preços, para facilitar as condições para o cálculo de longo prazo e estimular o investimento privado (Belluzzo; Almeida, 2002)

dos recursos, em um protagonismo acentuado para os mecanismos de mercado, que passam a influenciar a evolução regulatória dos setores baseados em recursos naturais. Mesmo quando isso não aconteceu, houve uma maior autonomia para as empresas públicas, reservando as atividades do Estado para atividades de controle e regulação. Assim, o processo caminhou no sentido da descentralização na tomada de decisões, e o NR fica fora de quase todas as estratégias de desenvolvimento (Olade/Cepal/Gtz, 2003; Haslam; Heidrich, 2016a).

New mining and hydrocarbon legislation in the early 1990s established incentives for private and foreign investment. Key components included the restriction of royalty rates; exemption from various duties, taxes, and administrative fees on imports of capital goods and exports of unprocessed raw materials; deduction of exploration expenses from profits; accelerated amortization (loan costs deducted from profits); and tax stability agreements that guaranteed no increases in taxation over a set period (usually 10 to 30 years) (Haslam; Heidrich, 2016a, n.p.).

A natureza da evolução regulatória apresentou morfologias diferentes na região, entretanto, as políticas obedeciam a três categorias: i) eliminação das restrições às operações por empresas privadas e estrangeiras; ii) limitação dos direitos de monopólio das estatais, e iii) privatizações, com a governança direta da exploração dos recursos naturais pelas companhias privadas e/ou estrangeiras, a categoria mais explícita das transformações na região.

Os processos de reforma energética na América Latina combinaram um conjunto diverso de medidas. Em geral, essas medidas se encaixam em três grupos: i) aos que afetaram a natureza jurídica das empresas e os direitos de propriedade, com ou sem a mudança na propriedade dos ativos (privatizações); ii) que introduziram mudanças na organização produtiva do setor ou da sua cadeia produtiva<sup>15</sup>, e iii) as que determinam as funções dos atores e regulam o funcionamento e desenvolvimento dos subsistemas produtivos, isto é, um conjunto de normas que configuram um novo marco regulatório; referentes às obrigações e direitos dos atores; e as disposições relativas à formação ou determinação de preços (Olade/Cepal/Gtz, 2003).

Esses elementos estão ligados a diferentes modalidades de coordenação, como: i) Modalidade de Controle Central (MCC): caracterizada pela exclusividade do Estado nas decisões ; ii) Modalidade de Comprador Único (MCU): entendida como uma abertura parcial, permite-se a incorporação de empresas privadas, que atuam como terceiros, responsáveis pela produção e entrega da energia à empresa estatal integrada, que atua como compradora única; iii) Modalidade de estrutura integrada regulada (MIR): permite-se uma maior autonomia para as empresas privadas, mistas e das entidades públicas de jurisdição. O papel do Estado nesse caso é de regulador, mas mantém sua participação

---

15 Essas mudanças envolviam formas de dissociação da empresa estatal, como a separação virtual das unidades de negócio e ou das atividades marginais efetivas, separação comercial vertical (estrita ou fraca) etc; e abertura à participação de novos atores (Olade/Cepal/Gtz, 2003).

nas decisões de investimento e formação de preços. Finalmente, iv) Modelo de Mercado Aberto (MMA): nessa modalidade, as decisões de investimento são descentralizadas e tomadas por múltiplos participantes através da coordenação dos mercados (Olade/Cepal/Gtz, 2003).

Em campos extremos, na perspectiva das modalidades de coordenação, destaca-se, de um lado, o controle central, a partir da exclusividade do Estado, e do outro, a modalidade de mercado aberto, com as decisões de investimento descentralizadas. Nesse sentido, Olade/Cepal/Gtz (2003) faz uma leitura sobre a evolução dessas reformas para o caso dos países latino-americanos.

**Quadro 1: Trajetória dos processos de reforma energética no *Upstream* da indústria de Petróleo e Gás Natural da América Latina nos anos 1980/90**

<b>Propriedade Privada Exclusiva</b>						(g) Argentina(****) Guatemala (**)(***)
<b>Propriedade mista com predomínio privado</b>						(f) Bolívia (***) (****) Peru (***) (****)
<b>Predomínio Estatal com participação privada</b>		(b) Venezuela (*)	(c) Chile Colômbia Equador Trinidade e Tobago (****)	(d) Cuba (****)		(e) Brasil (****)
<b>Propriedade Estatal exclusiva</b>	México Barbados (*)	(a)				
	<b>Controle Central</b>	<b>Integrada regulada e comprador único</b>			<b>Mercado aberto (concessões e licenças)</b>	
		<b>Contratos com garantias compartilhadas</b>	<b>Contratos de associação obrigatória</b>	<b>Contratos de participação</b>		

Fonte: Adaptado de OLADE/CEPAL/GTZ (2003, p. 88)

Notas:(°) Somente gás natural; (\*) Sem livre disponibilidade de petróleo bruto; (\*\*) Livre disponibilidade de petróleo bruto por remuneração de custos; (\*\*\*) Livre disponibilidade de petróleo bruto por remuneração; (\*\*\*\*) Livre disponibilidade de petróleo bruto com domínio total por contratista; (\*\*\*\*\*) Livre disponibilidade de petróleo bruto por participação ou associação.

Nos casos extremos, tanto para *downstream* como *Upstream* estão de um lado: Argentina<sup>16</sup>, privatização total da indústria petrolífera com integração vertical e, do outro, México, manteve monopólio estatal, integrado, na MCC. Nas situações intermediárias no setor *Upstream*, Venezuela, Cuba e Brasil, até então optaram por manter as empresas estatais integradas, e uma abertura regulada com a participação de atores privados, ainda que com uma progressiva utilização dos mecanismos de mercado ao transitar de (a) para (e).

Em resumo, houve o acirramento da concorrência entre CIP, o avanço da ênfase no *value-based management* e nas estratégias financeiras, que generalizadas, consubstanciam a financeirização, disseminação dos mecanismos de coordenação com base no mercado, assim como a direção para fusões e aquisições no final do século XX e início do XXI. Esses movimentos colocaram o debate sobre o NR em segundo plano, junto com o enfraquecimento do papel estatal nas estratégias de desenvolvimento da indústria petrolífera, com destaque para a América Latina.

## 5. Nacionalismo dos Recursos e agitação latino-americana: 2000-2014

Um novo cenário surge com a virada do milênio. Novas perspectivas para um novo ciclo do NR, com destaque para determinadas economias latino-americanas, proporcionado pelo afastamento da ideologia estabelecida pelo Consenso de Washington e a desilusão com as “forças de mercado”, com o aumento das preocupações ambientais e pela segurança energética. Nas contribuições recentes é possível observar que o esforço do NR na virada do milênio era basicamente desafiar as políticas neoliberais.

Em uma perspectiva cíclica, percebe-se que a onda do NR mais recente (2000-2014) não conseguiu se sustentar como a onda pós-segunda guerra, entretanto, trouxe novas perspectivas. “*Then, increased state control of resources was integral to a wider span of economic nationalism across both the developed and developing world*” (Pryke, 2017, p. 480). Um fator fundamental dessa nova fase é a forte variação dos preços no início do século, influenciado pelo aumento da demanda asiática, certa limitação no setor *Upstream* e no refino, assim como preocupações geopolíticas nos mercados de contratos futuros.

Dado um histórico relativamente ineficaz em converter os recursos em bases sustentadas de desenvolvimento econômico, o NR dos anos 2000 oferece novas oportunidades para utilizar os recursos naturais como estratégia de desenvolvimento. O trabalho de Haslam e Heidrich (2016, 2016b) destaca como o Estado se reinventou para criar novas articulações com as empresas, incorporando novas ferramentas para impulsionar o mercado doméstico, administrar as reivindicações populares e ainda associar questões ambientais.

---

16 Características que seriam alteradas novamente nos anos 2000, com a Argentina fazendo o caminho de volta rumo a nacionalização.

Overall, it is clear that governments in Latin América have switched, in varying degrees, from a *laissez-faire* attitude regarding foreign direct investment (FDI) in extractive industries, to actively seeking to maximize foreign direct investment foreign firms to government revenue and economic development (Haslam; Heidrich, 2016a, n.p.)

O retorno do NR na América Latina no início do século XXI foi impulsionado por uma série de tendências regionais. Segundo Haslam e Heidrich (2016a), dentre essas tendências, destaca-se: i) A era neoliberal dos anos 1990 passa a ser substituída gradativamente por políticas de cunho intervencionistas, comandadas por governos populistas de centro-esquerda; ii) o alinhamento com os EUA passa a ser substituído por movimentos regionalistas, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUR), e a Comunidade dos Estados-Americanos e Caribenhos (CELAC); e iii) aumento no preço das commodities, ligado ao aumento da demanda de países asiáticos, com destaque para China. Dessa forma, fatores externos e internos concorreram para a volta do debate e das políticas sob a orientação do NR, entretanto, a manifestação desse fenômeno variou entre os países da região<sup>17</sup>.

Since that time, resource nationalism in Latin America has been in full swing, and characterized by re-regulation; new strategies for rent appropriation by the state; an increased role for the state in direct production; and as explicit concern for the developmental spillovers from foreign investment in the sector (Haslam; Heidrich, 2016a, n.p.).

Haslam e Heidrich (2016a) identificaram três fases distintas no movimento de governança dos recursos naturais a partir dos anos 1990, considerando um ciclo de nacionalização-privatização. Essas fases não podem ser determinadas por datas específicas, porém, é possível fazer sua diferenciação histórica. Primeira, a fase liberalizante no começo dos anos 1990, com a abertura dos setores ao capital estrangeiro; segundo, a fase de regulação, final dos anos 1990 e início dos anos 2000, identificada pela correção de determinadas lacunas deixadas pelo período anterior; e, terceira, renacionalização nos anos 2000, com o aumento do papel do Estado no setor. Esta última fase assumiu formatos diferentes pela América Latina: foi limitado na Colômbia e no México, moderado no Brasil<sup>18</sup> e Peru, e radical na Bolívia e Venezuela. Entretanto,

---

17 “In particular, there is great diversity among Latin American countries regarding their engagement with foreign and domestic capital as well as the corporate governance reforms in state-owned enterprises (SOEs), which inevitably feeds into the debate around the extent to which Latin America’s turn to the left indicates a clean break with the recent neoliberal past” (NEM SINGH, 2013, p. 330).

18 O Brasil estabeleceu um novo marco regulatório em 2010 moderadamente nacionalista. O novo marco regulatório foi elaborado a partir de três leis. A Lei nº 12.276/2010 estabeleceu o regime de Cessão Onerosa, que levou ao aumento da participação da União no capital da Petrobras e avançou na capitalização da empresa. A Lei nº 12.304/2010 autorizou a criação da Pré-sal S.A, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia para representar e defender os interesses da união na administração dos contratos de partilha, e por fim, a Lei n.º 12.351/2010, tendo como as principais modificações a introdução do Regime de Partilha de produção para a exploração do pré-sal, a reserva de 30% de participação mínima para a Petrobras

Bremmer; Johnstone (2009) destacam que, mesmo quando o NR emergiu na sua forma mais intensa “revolucionária”, como no caso de Chávez na Venezuela e Putin na Rússia, seus efeitos ainda não foram tão dramáticos. Mesmo com a nacionalização na Venezuela pela *Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA)*, as companhias internacionais, BP e STATOIL, permaneceram com participações acionárias mínimas. Na Rússia, BP e Shell ainda faziam parte das negociações.

A terceira fase, em evidência nessa subseção, está associada a um período denominado por Haslam e Heidrich (2016a) de *pós-neoliberal*. “*One of the most interesting transformations of the post-neoliberal period of resource nationalism is the state’s increased role in directly managing the economic and social spillovers of extraction*” (Ibidem, n.p.). Nessa fase, reformas importantes aumentaram o nível das taxas pagas pelas empresas privadas na exploração dos recursos naturais, a exemplo da Bolívia (2005), Brasil (2010), Equador (2010), Colômbia (2011), Peru (2011) e México (2014). Outra característica importante foi a criação de empresas estatais para conduzir ou regular as explorações,

Os governos também aumentaram a apropriação da renda gerada no setor através do aumento nas participações no capital das empresas exploradoras, particularmente, na indústria do petróleo. Nesse sentido, a partir da nacionalização, destaca-se: i) por parte da Venezuela, o requerimento de que empresas privadas da exploração de petróleo “migrassem” para contratos de *joint ventures* com o Estado, transferindo 50% (passando para 60% em 2005) do patrimônio para o Estado; ii) a nacionalização Boliviana do setor petrolífero, que exigiu a transferência de 51% de participação nas empresas privadas; e iii) o caso Argentino, com a nacionalização de 51% da YPF-Repsol em 2012 (Haslam; Heidrich, 2016a).

Hira (2016) desenvolve três modelos de atuação dos governos na América Latina. Esses modelos, formados por diferentes países, combinam características com forças de mercado e a tentativa do direcionamento de setores específicos. O primeiro modelo em destaque engloba México, Chile, Colômbia, Peru, Paraguai e El Salvador. Esses países são representados por governos de centro e de direita, com postura conservadora e orientação neoliberal das políticas econômicas, ficando de fora o caráter distributivo. “*These governments have embraced the comparative advantage argument that natural resources can be a vehicle for growth*” (HIRA, 2016, n.p.). Destacam-se no âmbito da política econômica desses países contratos de livre comércio, abertura ao capital estrangeiro e, com frequência, o alinhamento aos Estados Unidos. Contudo, não se descartam as diferenças expressas entre os países que se enquadram nesse modelo.

No segundo conjunto de países “*the state has gone in the opposite direction*” (HIRA, 2016, n.p.). Enquadra-se nesse perfil Cuba, Venezuela, Equador, Nicarágua e Bolívia. O expoente principal dessa orientação é a Venezuela e a reformulação feita com

---

nas explorações do pré-sal, sendo a estatal a operadora única, e a criação de um Fundo Social para administrar as receitas oriundas do pré-sal.

a entrada de Chávez no poder no final dos anos 1990. “*These governments rail against neoliberalism and seek to gain control over their natural, particularly mineral, resources*” (HIRA, 2016, n.p.). Em muitos casos houve a renegociação dos contratos ou a expropriação direta das atividades.

O terceiro conjunto de países demonstra um perfil intermediário, adotando medidas de caráter social com um grau relevante de liberalização da economia. Engloba-se nesse grupo, Brasil, Argentina, Uruguai e Costa Rica. Esses países também estão menos propensos a expropriações diretas, com exceção da Argentina.

Constata-se, na América Latina, que a volta do NR para determinados países foi direcionada, além dos fatores externos, pela dimensão política. As eleições de Hugo Chávez na Venezuela (1998), Lula no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2003), passaram a desafiar os pilares das políticas neoliberais. Essa onda continua nos anos 2000 com outros países da região elegendo governos de centro-esquerda. “*By 2014, of the 19 countries in Latin America, there were only two with openly neoliberal governments in South America (Paraguay and Colômbia) and three in Central America (Guatemala, Honduras, Panama)*” (HEIDRICH, 2016, n.p.).

Heidrich (2016) destaca que a guinada à esquerda e a crítica aos regimes neoliberais de gestão dos recursos naturais precedem o *boom* das commodities de 2003-2008, o que significa que as críticas não estavam conectadas com a previsão de aumento das receitas fiscais com a exploração dos recursos naturais pelos governos através da mudança dos regimes e das regras de exploração. Em vários desses países os governos buscaram fortalecer programas sociais para legitimar o curso do NR, sobretudo, com o uso de políticas de transferência de renda.

Em resumo, na troca de milênios, determinados países latino-americanos avançaram no NR e fortaleceram suas CNP. Porém, a forma que o Estado atuou no setor petrolífero variou entre os países. Destaca-se, ademais, que esse movimento se enfraqueceu com o declínio do preço do petróleo no mercado internacional em 2015 e 2016.

## Conclusão

O objetivo do artigo foi desenvolver uma revisão da literatura, a partir de uma síntese da evolução histórica do setor petrolífero, dos principais movimentos relacionados ao Nacionalismo dos Recursos no Oriente Médio e na América Latina, à luz do processo de desenvolvimento da indústria mundial do petróleo.

Entre 1945-1973 o NR esteve ligado a emergência da soberania sobre os recursos naturais e a insatisfação com os contratos firmados anteriormente. As principais manifestações do NR estiveram relacionadas com a revisão dos acordos firmados na década de 1940 entre as companhias e os governos hospedeiros, sobretudo na conquista de 50% da partilha dos resultados pelos países hospedeiros. Nesse período destaca-se

também, a nacionalização da indústria petrolífera em 1951 pelo Irã e pela formação da OPEP.

No período 1973-1985, o NR assume um caráter mais radical com o início da participação direta na exploração dos recursos pelos Estados produtores. Processa-se uma onda de nacionalizações, completas e parciais, primeiro na Líbia, e depois no Kuwait, Venezuela, Argélia, Iraque, Catar, Nigéria, e Arábia Saudita. Esses movimentos foram impulsionados pela busca de independência econômica e nacional de alguns países. Soma-se a essa dinâmica o aumento da margem de lucro de 50% para 55% em favor dos Estados produtores. Nesse período o NR assumiu uma importância histórico-estrutural ao motivar os Estados Nacionais e os países produtores a ocupar progressivamente uma área estratégica que pertencia a companhias internacionais, especialmente, as empresas anglo-americanas.

O período seguinte, 1985–2000, altera por completo o panorama para o NR. De forma geral, a orientação predominante nesse período atuou no sentido de incentivar a entrada de capital externo e favorecer as empresas privadas na exploração dos recursos. Na América Latina ocorre a disseminação de reformas liberalizantes, com destaque para a eliminação das restrições às operações por empresas privadas e estrangeiras; limitação dos direitos de monopólio das estatais junto com processos de privatização.

Após a virada do milênio, 2000-2014, novas perspectivas emergem para o NR, sendo um período de crítica e abandono das políticas neoliberais em alguns países latino-americanos, fortalecido, principalmente, pelo aumento nos preços das commodities. A manifestação foi heterogênea pela América Latina, foi limitado na Colômbia e no México, moderado no Brasil e Peru, e radical na Bolívia e Venezuela.

Recentemente, 2014-2019, com a queda nos preços das commodities, surgem indícios para uma nova fase de Liberalismo dos Recursos. No México, ocorre a quebra do monopólio da PEMEX em 2013, mudança dos contratos de exploração do Iraque, na Indonésia há um movimento de abertura ao capital estrangeiro, e por fim, no Brasil, ocorre a reversão do quadro regulatório estabelecido em 2010, com o fim da participação obrigatória da Petrobras na exploração de petróleo nas camadas do pré-sal, da reserva de 30% dos campos para a Petrobras, assim como a perda da sua posição como operadora única em campos estratégicos. Contudo, fica aberto a estudos futuros se esses movimentos vão se consolidar na América Latina e na economia mundial.

## Referências

ALVEAL CONTRERAS, E. C. **Os desbravadores: a Petrobras e a construção do Brasil industrial**. Rio de Janeiro, RJ: Dumara: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1994.

BARBIERI, R. **Energy Security: the diplomacy of South Korea in Latin America**. UCLA Center for Korean Studies. Los Angeles, California, 2011.

USA.[http://international.ucla.edu/media/files/Rita\\_Barbieri\\_SRG-h3-4zo.pdf](http://international.ucla.edu/media/files/Rita_Barbieri_SRG-h3-4zo.pdf). Acesso em: 13 de abr. 2018.

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. C. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BREMMER, I.; JOHNSTON, R.. The rise and fall of resource nationalism. **Survival: global politics and strategy**, [S.L.], v. 51, n. 2, p. 149-158, mar. 2009.

CARNEIRO, R. M.. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo, SP; Campinas, SP: Editora UNESP: UNICAMP/IE, 2002.

FLORES, F. P.; CUNHA FILHO, C. M. The Oil Nationalizations in Bolivia (1937) and Mexico (1938): a comparative study of asymmetric confrontations with the United States. **Latin American Research Review**, v. 55, n. 4, 2020.

GKANOUTAS-LEVENTIS, A. **The transformation of the oil market: A study of financialisation through crises**. Doctoral thesis, City University London, 2013. Disponível em: <[http://openaccess.city.ac.uk/2994/1/Gkanoutas-Leventis%2C\\_Angelos.pdf](http://openaccess.city.ac.uk/2994/1/Gkanoutas-Leventis%2C_Angelos.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2018.

HASLAM, P. A.; HEIDRICH, P. From neoliberalism to resource nationalism States, firms and development. In: HASLAM, P. A.; HEIDRICH, P. (Org.). **The political economy of natural resources and development: from neoliberalism to resource nationalism**. 1 ed. New York: Routledge, 2016a.

HASLAM, P. A.; HEIDRICH, P. towards a theory of resource nationalism. In: HASLAM, P. A.; HEIDRICH, P (Org.). **The political economy of natural resources and development: from neoliberalism to resource nationalism**. 1 ed. New York: Routledge, 2016b.

HIRA, A. The emergence of industrial policy lite: Latin America's blind spot. In: HASLAM, P. A.; HEIDRICH, P (Org.). **The political economy of natural resources and development: from neoliberalism to resource nationalism**. 1 ed. New York: Routledge, 2016.

JOFFÉ, G. *et al.* Expropriation of oil and gas investments: Historical, legal and economic perspectives in a new age of resource nationalism. **Journal of World Energy Law & Business**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 3-23, mar. 2009.

LABBAN, M. Oil in parallax: scarcity, markets, and the financialization of accumulation. **Géoforum**, USA, v. 41, p. 541-552, jul. 2010.

MABRO, R. El nacionalismo petrolero, la industria del petróleo y la seguridad energética. **Cuadernos de Energía**, Madrid, n. 19, p. 82-89, fev. 2008.

MIKESELL, R. F.. Conflict in foreign investor-host country relations: A preliminary analysis. In R. F. Mikesell (Ed.), **Foreign investment in the petroleum and mineral industries** (pp. 29–55). Baltimore, MD: Johns Hopkins Press, 1971.

NEM SINGH, J. T.. Towards post-neoliberal resource politics? the international political economy (ipe) of oil and copper in Brazil and Chile. **New political economy**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 329-358, abr. 2013.

OLADE/CEPAL/GTZ (Organización Latinoamericana de Energía/Comisión Económica para América Latina y el Caribe/Sociedad Alemana de Cooperación Técnica). **Energia y desarrollo sustentable en America latina y el Caribe: Guía Para La Formulacion De Políticas Energeticas**. Santiago, Chile, 2003. 230p. Disponível em: < [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/27838/1/S2003004\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/27838/1/S2003004_es.pdf) >. Acesso em: 12 jun. 2018.

PEIGO, N. F.; RUAS, J. A. G. Rethinking "energy nationalism: a study of the relationship between nation states and companies in the oil industry. **Revista de Economia Política (Online)**, v. 35, p. 557-575, 2015.

PHILIP, G. D. E. **Petróleo y política en América Latina: movimientos nacionalistas y compañías estatales**. México, DF: Fundo de Cultura Econômica, 1982.

PRYKE, S. Explaining Resource Nationalism. *Global Policy*, 482, v. 8, n. 4, p. 474, nov. 2017.

STEVENS, P.. National oil companies and international oil companies in the middle east: under the shadow of government and the resource nationalism cycle. **The journal of world energy law & business**. v. 1, n. 1, p. 5-30, mai. 2008.

TORRES FILHO, E. T. **O Papel do Petróleo na Geopolítica Americana**. In: FIORI, José Luís (org.). *O Poder Americano*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. (2004 [2007])

VERNON, R.. **Sovereignty at bay: The multinational spread of US enterprises**. New York: Basic Books, 1971.

WILSON, E. J. I. World politics and international energy markets. **World politics and international energy markets**, v. 41, n. 1, p. 125-149, 1987.

YERGIN, D. **O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2010.